

Tradição intelectual e espaços historiográficos ou porque dar atenção aos textos clássicos

Sonia Lacerda*

Tereza Cristina Kirschner*

Há mais de uma década uma atmosfera de crise paira nos domínios da história intelectual anglo-americana. Proclamam-no os interessados e atesta-o o caudaloso fluxo de publicações que nos últimos quinze anos vêm dedicando-se a oferecer respostas a desafios externos e internos ressentidos neste campo de estudo. No centro do fenômeno encontra-se o questionamento da validade dos objetos e perspectivas de análise tradicionalmente associados a essa vertente da historiografia. Os trabalhos produzidos nessas circunstâncias empenham-se, antes de mais nada, em definir com maior nitidez os contornos da especialidade, discutir as abordagens que lhe são próprias e demarcar fronteiras intra e interdisciplinares.¹

* Professoras no Departamento de História da Universidade de Brasília.

¹ Para um contato geral com as discussões em curso no âmbito anglo-americano, consultem-se especialmente Dominick La Capra e Esteven L. Kaplan (eds.), *Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives*. Ithaca/Londres, Cornell University Press, 4ª impr., 1995; e James Tully (ed.), *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, Princeton University Press, 1988. Para uma visão mais ampla, abrangendo as novas correntes da história cultural, veja-se Lynn Hunt (ed.), *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. Numerosas referências bibliográficas, que em conjunto fornecem um panorama desse debate, serão encontradas nos ensaios de John Toews, 'Intellectual history after the linguistic turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of the experience' in *The American historical review*, 92, 1987, pp. 879-907; Russell Jacoby, 'A new intellectual history?' in *The American historical review*, 97, 1992, pp. 405-424; e Martin Jay, 'The textual approach to intellectual history', in *idem. Force fields: between intellectual history and cultural critique*. Nova York/Londres, Routledge, 1993, pp. 158-166.

Essa produção tem obtido escassa ressonância nos meios historiográficos brasileiros, o que é compreensível. Por um lado, a sensação de crise afeta principalmente os círculos acadêmicos norte-americanos; prende-se às condições do exercício profissional nos Estados Unidos e à trajetória da subdisciplina nesse país. Parece significativo, a propósito, que manifestações semelhantes não se verifiquem em países europeus como Itália e França, possuidores de longa e rica tradição no que na Europa se denomina preferencialmente história das idéias. Por outro lado, entre nós a historiografia como um todo há muito pouco tempo adquiriu estrutura de atividade profissional sistemática, de modo que o setor em causa sequer existe como especialidade reconhecida e organizada. Esta última constatação, aliás, dá o tom do balanço da situação da história das idéias que integra recente coletânea consagrada a traçar um panorama das principais tendências da historiografia brasileira no presente.² Apesar disso — ou até por isso mesmo — julgamos oportuno iniciar aqui a discussão de algumas das questões que alimentam o debate supracitado. Tais questões dizem respeito, de um lado, às relações da história intelectual com outras áreas da historiografia; de outro, a questionamentos internos à própria área.

A mais abrangente questão diz respeito à nomenclatura e divisão de áreas. O vasto território historiográfico que outrora se designou unitariamente quer como história das idéias, quer como história intelectual comporta hoje numerosas correntes, mais ou menos diferenciadas por interesses temáticos, opções teóricas e estratégias metodológicas particulares. Diversos esquemas de classificação têm sido propostos na tentativa de retratar sua nova configuração. O mais conhecido no Brasil é possivelmente o de Robert Darnton, que distingue quatro áreas, escalonando-as ao longo de um eixo vertical imaginário, em que as posições correspondem aos planos ou níveis de cultura onde se localizam os objetos de investigação; de “cima para baixo”, nas palavras do autor, assim se caracterizariam as principais categorias de história intelectual:

A história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita

² Ver Francisco Falcon, ‘História das idéias’ in Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 91-125, uma apreciação da situação presente da historiografia das idéias no Brasil.

(o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas).³

A classificação de Darnton, como aliás a maioria das que se tentaram, está cheia de ambigüidades, em decorrência da obscuridade de seus critérios taxionômicos e da falta de precisão conceitual. Que significam “pensamento sistemático” e “pensamento informal”? Por que o estudo do primeiro compete à história das idéias e o do segundo à história intelectual? Serão os tratados filosóficos mais sistemáticos que os tratados teológicos, as narrativas históricas ou as teorias literárias? E assim por diante. Não admira que nem esta nem outras tipologias similares tenham contribuído para atenuar a desnorteante fluidez terminológica que reina nas controvérsias sobre as designações, as áreas temáticas, os níveis de análise e os procedimentos investigativos cabíveis às várias especialidades que compartilham o estudo das maneiras passadas de pensar.

Disputas por “reconhecimento e denominação”, é como Dominick La Capra descreve as querelas entre os praticantes de abordagens concorrentes, acrescentando que tais disputas, longe de bizantinas, envolvem interesses muito concretos, não apenas cognitivos (que tipos de investigação merecem ser reconhecidos como históricos?), mas também práticos: é a hierarquia entre as linhas historiográficas que decide a distribuição de verbas e o preenchimento das vagas universitárias.⁴ É indispensável ter isto em mente para entender o motivo pelo qual são tantas e tão difíceis de esclarecer as confusões nesse terreno.

Vejamos algumas dessas confusões, começando pela que diz respeito aos objetos de estudo próprios a uma história qualificada pelo apelativo de intelectual. Aparentemente não haveria lugar para equívocos, já que uma modalidade historiográfica assim nomeada se ocupa por definição de práticas, agentes, processos e produtos classificáveis como intelectuais. Entretanto, este termo não tem um significado intrínseco, que permita distinguir sem discussão as realidades que lhe correspondem. Na

³ Robert Darnton, *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 188.

⁴ Dominick La Capra, ‘Rethinking intellectual history and reading texts’ in Dominick La Capra e Steven L. Kaplan (eds.), *op. cit.*, pp. 47-85.

acepção hoje corriqueira, de espécie ou categoria de pessoas especialmente votadas às atividades do intelecto, seu emprego é muito recente, remontando a fins do século XIX. Refere-se, pois, às condições culturais de nosso tempo e só por analogia se aplica aos primeiros séculos da época moderna, para designar aqueles que na Europa seiscentista e setecentista se chamavam de 'homens de letras'. Além do mais (e isto é o principal), o que faz de determinado tema, figura ou obra objeto de interesse de uma história que se pretende intelectual não são suas propriedades inerentes, e sim a maneira como se venha a problematizá-los.

Em princípio, os produtos e práticas culturais compreendidos no campo de exploração de nossa subdisciplina seriam aqueles orientados por paradigmas e códigos (lógicos, lingüísticos, estéticos etc.) da chamada 'alta cultura', vale dizer, textos e discursos individualizados, de construção complexa e matéria erudita (no sentido lato). Mas essa caracterização não é inequívoca e indiscutível. Como situar, por exemplo, a literatura — não só poética e ficcional, mas também filosófica, científica, religiosa — dita 'menor'? Como enquadrar construções anômalas pelos parâmetros da tradição intelectual, porém tão complexas na estrutura e na matéria (pense-se na cosmologia do moleiro Menocchio, estudada por Carlo Guinzburg em *O queijo e os vermes*) quanto obras de homens de letras? Em que medida a investigação das correntes e movimentos literários, filosóficos e artísticos cabe à história intelectual ou a outra especialidade?

Tais indagações não comportam respostas absolutas, de vez que, conforme se observou acima, é a perspectiva de análise que determina a inscrição de certos objetos em uma ou outra área. Contudo o tratamento corrente do assunto no âmbito da polêmica evidencia que a confusão teórica deriva tanto das indecisões de fronteiras quanto da prevenção contra pesquisas dirigidas aos níveis eruditos da cultura e contra os métodos de trabalho que em geral aquelas adotam. Nesse sentido, a declaração seguinte é exemplar:

A história do Iluminismo sempre foi um caso de grandes alturas — tendência que não há de ser lamentada por quem tiver escalado seus picos com Cassirer, se inspirado em deliciosos *haustos* de razão pura, examinado a topografia do pensamento setecentista estendido cuidadosamente a seus pés. Mas chegou a hora de ver o Iluminismo com um olhar mais ligado à terra, porque, enquanto os historiadores das idéias mapeavam a vista de

cima, os historiadores sociais estavam escavando em profundidade os substratos das sociedades do século XVIII. E, à medida que aumenta a distância entre as duas disciplinas, multiplicam-se e adensam-se os climas de opinião, e de vez em quando o Iluminismo some em nuvens de vaporosas generalizações.⁵

O desdém pela historiografia das idéias não poderia ser mais ostensivo. Subjacente a ele, porém, há algo mais, a intenção de promover a diluição da história intelectual no interior de outra(s) disciplina(s) moldada(s) por problemáticas pertinentes à história dos estratos culturais médios e populares.⁶ Que outro sentido teria, aliás, o emprego dessas metáforas estratigráficas?

Com esse objetivo em vista, executa-se uma estratégia de deslegitimação que combina dois tipos de ataque. O primeiro consiste em insinuar que o conhecimento do panorama cultural de qualquer época é mais relevante do que o de suas produções excepcionais. O segundo situa-se no plano das abordagens e cifra-se em procurar desmerecer os trabalhos históricos que privilegiam o exame das articulações do pensamento, de preferência às discussões sociológicas da cultura. A essa espécie de trabalho confere-se então o rótulo pejorativo de 'história das idéias desencarnadas'.⁷

Para desfazer mal-entendidos, cumpre deixar claro que se a historiografia de idéias na maioria dos casos fixou-se em textos e obras chamados clássicos — de modo geral, os textos canônicos da tradição filosófica e literária do Ocidente —, isso nada tem a ver com hierarquia cultural ou juízos de valor. Não significa menosprezo pelas práticas culturais iletradas ou mais ou menos iletradas — pelo modo de pensar das pessoas

⁵ Robert Darnton, *op. cit.*, p. 223.

⁶ Acalentam este desígnio, por exemplo, o próprio Darnton e Roger Chartier, conforme nota Falcon, *op. cit.*, p. 93. Além destes, mencione-se Toews, que, endossando a proposta de William J. Bowsma, sugere a redefinição de todos os gêneros de estudos históricos, e especialmente da história intelectual, como "investigação da produção e transmissão de sentido contextualmente situada". Cf. Toews, *op. cit.*, pp. 879-880 e 882-883.

⁷ Essa expressão, hoje de uso corrente, tem origem na crítica que Lucien Febvre dirigiu aos historiadores da filosofia: "os conceitos saídos de inteligências desencarnadas — vivendo sua própria vida fora do tempo e do espaço — unem estranhos elos de anéis a um só tempo irrealis e fechados": Lucien Febvre, 'Leur histoire et la nôtre', em *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Colin, 1992, p. 278.

comuns —, nem descaso por “climas de opinião” ou pela difusão de idéias em amplos segmentos da sociedade. Trata-se simplesmente de uma questão de especialidade, que atende a preocupações teóricas particulares e impõe metodologias específicas. Se a ninguém ocorre duvidar de que “tirar um Voltaire da prateleira não é entrar em contato com uma fatia representativa do século XVIII”⁸, seria insensato negar a significação específica do discurso dos *philosophes*.

Outra fonte de confusão tem sido o emprego variável das denominações história das idéias e história intelectual. Esta variação terminológica funda-se principalmente nas diferenças de tradição acadêmica: enquanto nos países europeus história das idéias é a forma canônica, nos meios norte-americanos consagrou-se o emprego de história intelectual. Considerando-se o resultado duvidoso das tentativas de associar cada uma dessas designações a domínios de pesquisa diferenciados, parece inevitável que perdure seu uso mais ou menos aleatório. Não obstante, a utilização indefinida dos apelativos contribui para obscurecer as divergências de concepção historiográfica implicadas nas querelas de nomenclatura e territorialidade a que se refere La Capra. Seria desejável, em vista disso, fazer opção por uma ou outra, ainda que de maneira convencional. De nossa parte, preferimos o uso de história intelectual para designar todas as espécies de estudos históricos concernentes a obras, doutrinas, formas de pensar, tradições de saber, movimentos etc. na esfera erudita da cultura, diferenciando-os assim das pesquisas de mentalidade, imaginário, processos culturais simbólicos e dimensões sociais da cultura, que constituem outras tantas especializações. A razão da preferência é simplesmente o fato de que ‘idéias’ é um termo demasiado genérico, aplicável a todo e qualquer conteúdo mental, portanto inadequado ao uso classificatório. Acresce que a denominação história das idéias se associou especialmente ao tipo de investigação praticado e teorizado por Arthur Lovejoy, a saber, o exame trans-histórico de idéias-conceitos, hoje repudiado como protótipo de concepção essencialista.

No plano das abordagens, o equívoco mais difundido, do nosso ponto de vista, consiste em dividir as opções de pesquisa em história intelectual segundo o critério da incorporação ou não de fatores ‘externos’

⁸ Robert Darnton, *op. cit.*, *loc. cit.*

— o que quase sempre quer dizer determinações sociais — ao exame das 'idéias', textos e discursos. Com frequência esta divisão traduz-se pela antítese entre 'contextualistas' e 'textualistas', os primeiros definidos como aqueles que buscam o significado das obras em um quadro de referência 'histórico', os segundos como os que circunscrevem a interpretação ao âmbito do texto, descartando a consideração de quaisquer referências extratextuais.⁹ A partir dessa oposição estabelecem-se tipologias confusas, como a de Leonard Krieger. Misturando história sociocultural, antropologia histórica e história intelectual propriamente dita, esta tipologia distribui as abordagens praticadas na historiografia das idéias em três categorias: a dos historiadores 'sócio-intelectuais' (representada sobretudo pelo modelo dos *Annales*), a dos "historiadores que acoplam ou justapõem idéias a algum tipo de contextualização" (?) e a dos 'internalistas', constituída pelos que isolam o texto do 'contexto'.¹⁰

Conduzido nesses termos, o debate desencaminha-se, pois o que está em causa não é um confronto entre análises que contemplam ou abstraem o contexto, e sim distintas maneiras de entender contexto. É difícil, com efeito, descobrir uma história de 'idéias' que pretenda ou consiga ignorar o 'contexto', se a noção de contexto for tomada na acepção ampla de circunstâncias culturais ou quadro temporal que esclarecem o conteúdo semântico de qualquer vocabulário, poético, religioso, filosófico ou coloquial. Nenhum historiador de peso ignora ingenuamente que os significados dependem do tempo e da linguagem que formam seu 'contexto' (no sentido lato), a ponto de incorrer nos anacronismos primários em que se apóia a argumentação de Quentin Skinner em *Meaning and understanding in the history of ideas*.¹¹ Nem mesmo Lovejoy, e nem todos os que ele inspirou, operaram com "significados intrínsecos" por falta de contextualização; percorra-se despreconcebidamente a refinada discussão de Robert Lenoble¹² das

⁹ Parafraçamos aqui as definições de Quentin Skinner em 'Meaning and understanding in the history of ideas', p. 29, em James Tully (ed.), *op. cit.*, pp. 29-67.

¹⁰ *Apud* Francisco Falcon, *op. cit.*, pp. 117-119.

¹¹ Segundo Kenneth Minogue, 'Method in intellectual history', em James Tully (ed.), *op. cit.*, pp. 29-67, cf. p. 17, "em seu longo ensaio crítico, Skinner encontra vários exemplos de comentários que deveriam na verdade ser reconhecidos como má história: ele os atribui a falsas suposições metodológicas".

¹² Robert Lenoble, *História da idéia de natureza*. Lisboa, Edições 70, 1990, especialmente capítulos 1, 4 e 5 da segunda parte.

distintas significações da categoria natureza no mecanicismo racionalista do século XVII e no mecanicismo empirista dos *philosophes* e o que se encontrará não é uma abstração do 'contexto', mas uma forma específica de contextualizar a análise: situando o conceito de natureza nas diferentes configurações da rede de relações significativas formada pelos conceitos, questões, pressupostos, temas da tradição naturalista na Europa moderna.

Em suma, contexto é sempre uma construção, que em cada caso demarca o escopo e o nível da análise, de acordo com os objetivos da investigação. A história social das idéias dá ênfase às condições de difusão e recepção da literatura, de doutrinas e opiniões nos segmentos menos letrados do espectro social; em consequência, seus contextos definem-se no plano sociocultural. Já a história cultural de orientação antropológica trabalha com processos simbólicos e representações coletivas em contextos recortados principalmente nos meios populares. Quanto à história intelectual, da maneira como a vimos caracterizando, continua a conceder atenção particular às produções culturais — obras filosóficas, historiográficas, poéticas, científicas — distinguidas pela complexidade de estrutura; a delimitação de seus contextos varia em função das questões formuladas pelo intérprete, cuja natureza é necessariamente diversa das visadas pelos historiadores daquelas duas áreas de especialização.

Ocorre que, na maioria das vezes, a censura às perspectivas textualistas é apenas o meio indireto de reclamar da história intelectual a adoção de problemáticas que não lhe são pertinentes. Mesmo quando não se origina de um sociologismo grosseiro — do tipo explicação das 'idéias' pelas condições sociais de produção, como expressão de interesses de classes ou como eco de conjunturas econômicas e políticas — esta postura denuncia a relutância em reconhecer a especificidade dos procedimentos da subdisciplina, correlativos à de suas problemáticas e objetos de investigação. Se as correntes mais novas da especialidade concebem seu campo de análise como textos e relações intertextuais (de preferência a 'contextos'), é justamente porque essa abordagem se mostrou uma via possível para a superação das insuficiências ressentidas tanto nas perspectivas 'internalista' e 'contextualista', quanto no modo convencional de reuni-las, isto é, a exposição segundo a fórmula 'o homem e as idéias'.¹³

¹³ Cf. Dominick La Capra, *op. cit.*, p. 48.

Textos e discursos, com efeito, possuem estruturas típicas, códigos e regras de construção que medeiam a expressão do real empírico. O respeito a essa característica exige estratégias de pesquisa especiais, irreduzíveis aos modelos sociais de análise.¹⁴ Para que as conexões entre os significados textualmente produzidos e a experiência de vida ou as 'condições históricas' — noções habitualmente subentendidas na de contexto — não se reduzam a um esquema de relações mecânicas, sejam estas de ordem causal, expressiva ou representativa, é necessário captá-las *no* texto. É no horizonte textual, nas articulações particulares de conceitos, imagens, argumentos, por meio das quais cada texto reconfigura seus referenciais, que se deixam apreender os sentidos das experiências relevantes para a interpretação.

Tais são, em síntese, as premissas do que Martin Jay qualifica de *desintegral textualism*, a fim de contrastá-lo com as abordagens ditas internalistas, características da historiografia de idéias mais tradicional.¹⁵ Enquanto estas pressupõem a concepção do texto como unidade de significado homogênea e isolável, o textualismo advogado pela *New intellectual history* considera o texto como campo de forças, ou seja, como entrecruzamento de tendências nem sempre coerentes e níveis diversos de significado. Daí que não se possam isolar nele 'idéias' ou significados globais e unívocos, explicáveis pelas circunstâncias de sua produção. Longe de negar (ou ignorar) os vínculos dos conteúdos textuais com o 'contexto', este tipo de análise abole a separação entre texto e contexto, para deter-se nos processos de ressignificação que inscrevem o contexto no texto. Na verdade, melhor será neste caso falar em contextos, visto que se trata de diversas definições possíveis dos referentes textuais, e não de uma entidade fixa, independente dos interesses específicos da pesquisa.¹⁶

Evidentemente essas idéias não são unanimemente partilhadas pelos pesquisadores representativos da especialidade. Ao contrário, o clima de

¹⁴ La Capra, *loc. cit.*; John Towes, *op. cit.*, p. 883; Martin Jay, *op. cit.*, p. 163.

¹⁵ Martin Jay, *op. cit.*, pp.159-160.

¹⁶ "Hipostalização do contexto" é como La Capra, *op. cit.*, p. 57, classifica a admissão da existência de uma realidade empírica predeterminada, que esclarece 'o' sentido de um texto. Seu estudo discute seis tramas de relações passíveis de constituir contextos: 1) intenções do autor e texto; 2) vida do autor e texto; 3) sociedade e texto; 4) cultura e texto; 5) *corpus* de um escritor; 6) texto e modos (ou gêneros ou ainda práticas) de discursos.

tensão que motiva nossos comentários apenas em parte deriva das pretensões hegemônicas da história da cultura socialmente orientada. Outro tanto advém de discrepâncias no âmbito interno da subdisciplina, cujos especialistas, por menos que diverjam quanto à irredutibilidade de seu empreendimento aos interesses e estratégias cognitivos de outras modalidades historiográficas, permanecem divididos quando se trata de definir os objetivos e métodos em que se fundaria a identidade de seu campo de investigação. Foram, aliás, os próprios desafios lançados à história intelectual pela lingüística pós-estruturalista e suas contrapartidas filosóficas e crítico-literárias que fomentaram dissensões num domínio antes relativamente homogêneo e estável no exercício de estudos mais convencionais.

Em um lúcido ensaio sobre o surto lingüístico-literário que desde finais da década de 1960 acometeu a história — após um século de incansáveis esforços para dotá-la de alicerces científicos —, David Harlan expõe as razões por que, na história intelectual, o “retorno da literatura” abriu fendas tão profundas e difíceis de reparar.¹⁷ A profundidade do abalo vem do questionamento conseqüente à constatação de que a linguagem, em lugar de “um conjunto de significados estáveis e referências externas”, não passa de “um sistema autônomo, ...um jogo de autotransformações involuntárias e autonotificações irrestritas”, uma trama de relações antes intertextuais que intersubjetivas. Do que resultaram dois golpes decisivos: primeiro, a “morte do autor”, do “desejante, pensante e intencionado sujeito desta disciplina”; segundo, a dissolução do texto, melhor dizendo, da individualidade e da autonomia textuais, uma vez que “para o pós-estruturalista o texto continua significativo precisamente porque eclipsa e transcende as intenções de seu autor”.¹⁸

No panorama variado que agora prevalece, destacam-se duas grandes vertentes metodológicas, configuradas pela acolhida, em graus e de modos diversos, de conceitos e técnicas desenvolvidos nos campos da filosofia da linguagem e da crítica literária. Não se trata de agrupamentos homogêneos, mas de orientações gerais que comportam soluções diferenciadas. A primeira distingue-se pelo apego a uma noção historicista

¹⁷ David Harlan, ‘Intellectual history and the return of literature’ in *American Historical Review*, 94, 1989, pp. 581-609.

¹⁸ Harlan, *op. cit.*, p. 585.

de contexto, a entender-se no sentido da redução do significado dos textos a seu valor documental, de expressão ou resposta a uma situação histórica particular.

Reconhece-se este traço nas variantes de contextualismo lingüístico promovidas pelos historiadores do pensamento político moderno conhecidos como grupo de Cambridge, em especial por Quentin Skinner e J. G. A. Pocock. Ambos recorrem ao conceito de 'atos de fala', tomado a Searle e Austin¹⁹, para dar suporte a metodologias destinadas a reconstruir os universos comunicativos em que se originaram os escritos com que lida a historiografia das idéias políticas, presumindo que compreendê-los equivale a recuperar seus significados originais. Embora conscientes do caráter impessoal das linguagens empregadas pelos formuladores de teorias políticas, ambos insistem na especificidade de seus usos individuais, encarando-os como apropriações criativas dos esquemas pré-estabelecidos. Supõem, assim, que, da mesma forma que os enunciados verbais, os textos são performances investidas da ordem e do sentido impressos, em última análise, pelos desígnios conscientes do autor.

Por isso mesmo, ambos preocupam-se em diferenciar suas práticas historiográficas de uma terceira modalidade de contextualismo lingüístico, que favorece o decidido deslocamento do foco da pesquisa histórica para os processos discursivos impessoais e a obliteração completa da intencionalidade e individualidade autorais. Enquanto esta última perspectiva identifica-se com o projeto de uma história dos discursos, Skinner permanece fiel ao uso do tradicional apelativo de história das idéias para qualificar sua produção. Quanto a Pocock, adota explicitamente a denominação de história do pensamento político, a fim de indicar que seu trabalho, em contraste com as histórias do discurso político, se refere a "homens e mulheres pensantes".²⁰

¹⁹ J. L. Austin, *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press, 1962; e John Searle, *Speech acts: an essay in philosophy of language*, Londres, Cambridge University Press, 1974. Dado que estes o vincularam à linguagem oral, sua aplicação à escrita tem sido questionada: cf. David Harlan, *op. cit.*, pp. 586-587.

²⁰ J. G. A. Pocock, *Virtue, commerce and history: essays on political thought, chiefly in the eighteenth-century*, Nova York/Cambridge, Cambridge University Press, 1985, pp. 1-2. As idéias deste historiador encontram-se também expostas em *Polittex, language and time: essays on political thought and history*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988, pp. 3-42. Para um bom resumo, ver John E. Toews, *op. cit.*, pp. 891-893.

A segunda vertente metodológica, chamada às vezes de *New intellectual history*, engloba duas amplas tendências: a hermenêutica, tributária sobretudo de Hans-Georg Gadamer, e a desconstrucionista, que tem como referência principal Jacques Derrida.²¹ O que separa essas duas orientações é essencialmente a maneira de abordar o texto, ou seja, o fato de que a hermenêutica privilegia a unidade e a coerência semânticas, ao passo que a estratégia desconstrucionista se baseia na exploração da polissemia e potencial contrariedade dos processos textuais.²² Correlativamente, a história intelectual de inspiração hermenêutica dá ênfase aos horizontes de recepção das obras, onde se presume realizar-se seu significado, e cuja série compõe uma tradição interpretativa impossível de isolar no ato de compreensão. Embora para as correntes desconstrucionistas a tradição não se coloque como questão de menor relevância, muito ao contrário, sua perspectiva induz o historiador a problematizá-la, mediante uma leitura que procura ressaltar, nos movimentos contraditórios do texto, os elementos dissonantes, ignorados pelas interpretações tradicionais.²³

Em que pesem as divergências, todas as linhas de trabalho mencionadas — afora a história dos discursos — manifestam hesitações defensivas diante de exigências teóricas que põem em xeque a história intelectual como área de estudos especializada. Pocock, o contextualista inglês mais próximo das posições da história do discurso norte-americana, procura conciliar o princípio da intencionalidade com o da impersonalidade dos sistemas lingüísticos, considerando o autor como um agente capaz de manipular a pluralidade de linguagens especializadas disponíveis, em benefício da expressão singular. Recurso que não satisfaz a Skinner, cuja advertência contra “a adoção demasiado entusiástica de uma abordagem completamente sociológica, em que o objeto de análise se torna nada mais que a gama total de ‘linguagens’ em que a nação articula sua experiência ao longo do tempo”, endereçou-se diretamente a seu colega

²¹ Um tanto à margem, ou pelo menos difícil de aproximar a uma ou outra destas tendências, situa-se Hayden White, cuja influência sobre a inflexão lingüístico-literária da história intelectual norte-americana tem sido, não obstante, fundamental; cf. Jacoby, *op. cit.*, pp. 407 ss.

²² Cf. Martin Jay, *op. cit.*, pp. 158-166, especialmente pp. 162-163.

²³ Ver excelente explicação dos procedimentos desconstrucionistas em E. M. Henning, ‘Archaeology, deconstruction and intellectual history’, em Dominick La Capra e Steven L. Kaplan (eds.), *op. cit.*, pp. 153-197.

de Cambridge.²⁴ Excetuando-se a foulcaultiana história dos discursos, para todas essas correntes as obras clássicas — aquelas que pela densidade do conteúdo, ousadia formal, complexidade teórica ou quaisquer outros atributos que se impuseram aos críticos e leitores ao longo dos séculos e gerações — continuam como ponto de referência comum, como o centro de gravidade da subdisciplina.

Daí o papel crucial do conceito de tradição nesse domínio historiográfico. Nem todas as tendências, decerto, o reconhecem. Para os adeptos do contextualismo historicista, na medida em que estimam acessível o significado ‘autêntico’ dos textos, a ser buscado num vácuo interpretativo, o conceito é obviamente desprovido de sentido. Parece difícil, no entanto, negar a importância dos processos de transmissão de obras intelectualmente relevantes, quando se entende que a especificidade da história intelectual reside, em grande parte, em sua condição de “disciplina responsável por manter nossa memória cultural ativa e nossas tradições intelectuais pertinentes”.²⁵

Tradição não se confunde com pura conservação ou continuidade de valores imutáveis; deve, antes, conceber-se como movimento de reatualização constante, como sucessão de atos de ressignificação que garantem a atualidade dos bens culturais recebidos do passado. Significa dizer que a história intelectual, ainda que extraia sua própria identidade do trato de uma categoria especial de obras, tidas como clássicas ou canônicas, não se ancora a um repertório fixo, previamente e para sempre consagrado pelo apreço de gerações de intérpretes autorizados. O que confere a determinados textos o *status* de clássicos é precisamente a dinâmica da tradição, as repetidas renovações de seu significado, por revisão das precedentes interpretações. O que pressupõe duas coisas. Primeiro, que a relação com um objeto histórico — no caso, a obra intelectualmente valiosa — é sempre uma relação ativa, na qual a bagagem do historiador (seu senso particular das questões relevantes, dado inclusive pelo acúmulo de interpretações anteriores) interage com o objeto, de modo a explorar significados não percebidos ou não-perceptíveis aos estudiosos que o abordaram com outros instrumentos críticos e referências

²⁴ Quentin Skinner, “Some problems in the analysis of political thought action” in James Tully (ed.), *op. cit.*, pp. 97-118; cf. p. 100 e n. 11, p. 310.

²⁵ David Harlan, *op. cit.*, p. 583.

culturais diferentes. Segundo, que um texto é clássico porque sua composição complexa, multiforme e não-convencional resiste a leituras unívocas e oferece inesgotáveis possibilidades de interpretação.

Deve-se a Dominick La Capra a formulação mais elaborada dessas posições. Inspirado na filosofia heideggeriana da linguagem e na teoria da textualidade de Derrida, La Capra tem-se empenhado em constituir um corpo consistente de conceitos e princípios metodológicos que proporcione à história intelectual instrumentos adequados a seus problemas e interesses cognitivos específicos. Essencial em sua contribuição é a proposta de abordagem dialógica, que dá apoio a uma concepção de historiografia radicalmente crítica de todo reducionismo, em especial da redução historicista do trabalho historiográfico à ilusória reprodução objetiva do passado.

Sua perspectiva parte da consideração de que todo texto — melhor dizendo, todo vestígio textual do passado, o que abrange virtualmente todas as fontes, dado o sentido amplo da noção de texto²⁶ — possui dois aspectos complementares: um, dito documental, refere-se ao mundo empírico e transmite informações sobre este; outro, que o autor denomina 'operante'²⁷, excede e transfigura quaisquer referentes empíricos, ao recriá-los mediante usos não-convencionais da linguagem. Inerente às estruturas textuais, o elemento criador acha-se presente mesmo em textos predominantemente informativos, correntemente designados como 'documentos'. Em contrapartida, o que se costuma chamar de 'obras', isto é, textos de caráter mais criativo (sejam ou não literários, no sentido estrito), também possuem componentes documentais. Essa estrutura exige do historiador atenção às sutilezas do emprego dos recursos lingüísticos e às combinações possíveis de referencialidade e invenção no interior dos textos que aborda. Pois assim como uma leitura formalista,

²⁶ Do latim *texere*, 'tecer', conforme lembra Henning, *op. cit.*, p. 162, para assinalar que toda rede de relações é textual, inclusive o 'texto' da tradição. Paul de Man, por sua vez, observa que "as bases do conhecimento histórico não são fatos empíricos, mas textos escritos, mesmo se esses textos disfarçam-se com vestes de guerras ou revoluções": apud Martin Jay, *op. cit.*, p. 221, n. 15.

²⁷ O termo 'operante' é utilizado como equivalente aproximativo do intraduzível *worklike*. Segundo esclarece o autor, *op. cit.*, p. 52, n. 4, sua distinção entre *documentary* e *worklike* pode ser comparada à que Austin estabelece entre o enunciado *constative*, isto é, simplesmente descritivo e factual, e o *performative*, que implica ação e produção por meio da palavra.

que se fixa apenas nos jogos literários, descarta as referências empíricas pertinentes à interpretação da 'obra', o exame meramente realista do 'documento' deixa escapar seus significados latentes e alusivos, tão importantes como o conteúdo literal.²⁸

A abordagem sugerida por La Capra prolonga a interação dinâmica entre os dois aspectos do objeto histórico. Não se restringe ao informativo, na pretensão inútil de reconstruir o passado, mas também não autoriza a omissão do aspecto documental; ao contrário, obriga a reconhecê-lo e respeitá-lo como limite imposto à interpretação. O que diferencia esta proposta da tradicional crítica dos 'testemunhos', tão cara ao positivismo historicista, é a admissão da historicidade do intérprete, que torna inevitável o investimento de seus pontos de vista particulares tanto na definição das questões relevantes quanto no ato de interpretação propriamente dito. Rejeita o pressuposto da existência de um sentido histórico 'correto', supostamente original, recuperável em qualquer tempo; segundo La Capra, aí se encerra um paradoxo do historicismo.²⁹ Em contraposição a isto, postula a historicidade das significações, situando-a não menos nos processos de recepção que nos de composição.

Por outro lado, na óptica do desconstrucionismo, um texto nunca se reduz a uma estrutura perfeitamente coerente, portadora de sentido unívoco. É antes uma trama irregular, um campo onde se cruzam tendências contraditórias, às vezes apenas implícitas ou 'reprimidas'. Uniformizar semelhante estrutura importa em procedimentos de dominação lingüística (sejam estes praticados pelo autor ou pelo intérprete), que submetem a indeterminação e a polissemia a uma ordem ou unidade semântica artificiais. Daí se segue que a interpretação histórica tem de ser criativa, tão atuante como o próprio texto em sua função *worklike*, de modo a valorizar as ambivalências e contradições potenciais, em oposição ao domínio das convenções. Nisto se funda a relação dialógica: o historiador estabelece com o texto um intercâmbio que não se detém no nível da referencialidade e dos significados expressos; solicita-o mediante interrogações derivadas de seus próprios interesses e de seu aparato crítico,

²⁸ Cf. La Capra, *op. cit.*, pp. 52-55.

²⁹ Lutar pela representação inalterável de objetos definidos como pela particularidade histórica absoluta vem a ser o mesmo que apresentar a verdade histórica de maneira essencialmente não-histórica: cf. *op. cit.*, p. 79.

mas também faz do texto um interlocutor, repensando suas hipóteses interpretativas em função das 'resistências' textuais.

Embora, como já se ressaltou, essa concepção não goze do consenso dos profissionais comprometidos com o projeto de uma história intelectual especializada, parece-nos a mais compatível com tal projeto. Antes de mais nada, porque aplica uma noção de textualidade que possibilita a preservação do senso de grandeza dos clássicos, sem incorrer em enganos como os da autonomia da consciência autoral e do controle que esta exerceria sobre os processos discursivos. Além disso, porque se bem leve em conta a tradição filosófico-literária, oferece os meios para uma revisão crítica permanente dessa mesma tradição. Com efeito, os métodos de interpretação baseados na análise unitária foram responsáveis pela canonização de certas obras e a exclusão de outras que, em sua época ou ao longo do tempo, contrariaram convenções dominantes. Em contrapartida, o 'diálogo' crítico com o texto explora suas tensões e dissonâncias, a fim de expor tendências inadvertidas ou mesmo recalçadas na composição; e essa exposição, ao mesmo tempo que renova a significação dos clássicos, desvenda os dispositivos normalizadores implícitos nos processos de canonização.

Não se poderia encerrar este resumo do estado das questões no campo da história intelectual sem voltar ao problema, mencionado no começo apenas de passagem, da extrema penúria da historiografia brasileira no que diz respeito à especialidade em causa. Evitemos toda possibilidade de mal-entendido. Empregando um termo forte como *penúria*, não se perdem de vista os trabalhos individuais isolados, alguns de elevado mérito, produzidos em grande parte por historiadores não-profissionais, conforme observa Falcon ao listar títulos e autores representativos dessa escassa produção.³⁰ Tampouco se subestimam os esforços institucionais que, desenvolvidos no passado recente ou ainda em curso, poderão a seu tempo preencher a lacuna; iniciativas dessa ordem registram-se não só no âmbito de programas de pós-graduação em História, mas também em instituições de pesquisa não-integrantes do sistema universitário, entre as quais vale lembrar, a título de exemplo, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas/RJ.³¹

³⁰ Falcon, *op. cit.*, p. 124.

³¹ Publicações coletivas como a de Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, ilustram o interesse do CPDOC pelo trabalho nessa área.

O que se pretende salientar, e que segundo nos parece está a merecer atenção, é — para recorrer de novo ao testemunho abalizado de Falcon³² — “o fato de não existir entre nós uma verdadeira tradição historiográfica na história das idéias e de sermos ainda um tanto pobres no campo da história intelectual”.

É irrelevante neste caso a distinção entre história intelectual e história das idéias, delineada na citação. Também secundária se torna aqui nossa discordância de posições que manifestam a fidelidade do autor à aliança preferencial da historiografia com as ciências sociais; referimo-nos notadamente à sua reserva para com as correntes da história intelectual mais abertas às contribuições da teoria do discurso e da crítica textual.³³ Para além das diferenças de opção teórica, importa o diagnóstico da deficiência estrutural de todo o domínio historiográfico abarcado pelos estudos de idéias e processos intelectuais no Brasil: falta de tradição, o que implica prática assistemática e privação de experiência cumulativa. Mais ainda. Do inventário da escassa e dispersa produção passível de classificar nessa rubrica (a custo identificada, por carência de levantamentos e inépcia das indexações utilizadas em periódicos, catálogos de teses etc.), depreende-se que os profissionais de letras são de longe os mais destacados cultivadores de uma modalidade de pesquisa limítrofe entre história da literatura e a história/crítica da cultura brasileira, ao passo que os historiadores de formação se mostram no geral alheios ou refratários à reflexão sobre nosso perfil intelectual.³⁴

Pois bem. Se atribuímos à história intelectual a prerrogativa de exercício da crítica em um terreno que consideramos historicamente significativo, o da tradição literária na acepção mais ampla da expressão, só podemos deplorar tal estado de coisas. A nosso ver, as tendências intelectuais constituem um traço de identidade tão marcante como as mentalidades, o imaginário coletivo, as práticas cotidianas e outras dimensões da cultura a que a historiografia brasileira consagrou atenção

³² Falcon, *op. cit.*, p. 122. Abalizado sobretudo porque o autor, que a isto faz ligeira referência no fim do capítulo citado, conta-se entre os poucos historiadores influentes em nosso meio acadêmico empenhados na consolidação da pesquisa em história intelectual e afins na universidade brasileira.

³³ Cf. em particular pp. 117 e 119.

³⁴ *Ibidem*, p. 123.

especial nas três últimas décadas. Ao que parece, essa concentração de interesse tem por contrapartida a depreciação dos assuntos que concernem à *intelligentsia*. Nem por isso o conhecimento crítico das linhas de força, tensões e fraturas que atravessam as obras clássicas de nossa tradição deixam de ser requisito e índice de uma maturidade intelectual que decerto muito nos falta para atingir.

RESUMO

Os autores se esforçam por dar um panorama da situação atual da pesquisa no campo historiográfico conhecido habitualmente como história das idéias ou história intelectual. Na primeira parte do artigo examina-se a relação entre a história intelectual e a história sócio-cultural; em seguida são examinadas questões específicas do primeiro campo de estudos. Os autores são favoráveis ao reconhecimento de uma autonomia, relativa por certo, da história intelectual.

RÉSUMÉ

Les auteurs s'efforcent de donner un panorama de la situation actuelle des recherches dans le champ historiographique connu habituellement comme histoire des idées ou histoire intellectuelle. Dans la première partie de l'article on examine le rapport entre l'histoire intellectuelle et l'histoire socio-culturelle, ensuite sont examinées des questions spécifiques du premier champ d'études. Les auteurs sont favorables à la reconnaissance d'une autonomie, relative bien sûr, de l'histoire intellectuelle.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia, tradição intelectual, cultura.